



**TEMA: SAÚDE, EDUCAÇÃO, NEGÓCIOS E DIREITOS
HUMANOS NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL**

28 e 29 de Maio de 2024

RESPONSABILIDADE PENAL E NARCISISMO: DESAFIOS NA AVALIAÇÃO DA CULPABILIDADE E DA PENA

Vanesca Maria Barbosa de Lira¹; Dayanne Nunes da Silva²

¹ Graduada em Investigação Forense e Perícia Criminal pela Universidade Estácio de Sá, Graduanda do Curso de Direito pela Faculdade de Ciências Aplicadas de Limoeiro, Perícia Judicial Grafotécnica. Pós-Graduada em Psicologia Jurídica pela Farese. Pós Graduanda em Ciências Penais pelo Centro Educacional Focus. Pós Graduanda em Direito das Mulheres pela i9 Educação. E-mail: vanescapsico@gmail.com.

² Advogada, Professora e Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ciências Aplicadas de Limoeiro-PE. E-mail: dayane.nunes@prof.facal.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O narcisismo é um transtorno de personalidade caracterizado por uma autoimagem inflada, necessidade de admiração e falta de empatia. Essa condição tem despertado crescente interesse no campo da psicologia forense e do direito penal, pois levanta questões complexas sobre responsabilidade e punição. Tradicionalmente, o direito penal se baseia na premissa de que os indivíduos são responsáveis por suas ações criminosas. No entanto, a presença de transtornos mentais, como o narcisismo, desafia essa premissa, pois indivíduos com esse transtorno podem apresentar comportamentos manipuladores, falta de remorso e dificuldades em reconhecer o impacto de suas ações sobre os outros. Essa introdução explora as questões fundamentais relacionadas à responsabilidade penal de indivíduos narcisistas. Primeiramente, são examinadas as características centrais do narcisismo e sua manifestação no contexto criminoso. Em seguida, são discutidas as implicações dessas características para a avaliação da culpabilidade e da pena, destacando os dilemas éticos e práticos enfrentados pelos sistemas jurídicos ao lidar com esses casos. Compreender os desafios únicos apresentados pelo narcisismo no contexto penal oferece insights valiosos para profissionais do direito, psicólogos forenses e pesquisadores interessados na interseção entre psicologia e direito. Essa compreensão pode ajudar a informar melhores práticas na avaliação e tratamento de indivíduos com transtornos de personalidade narcisista dentro do sistema legal. Por fim, a pesquisa



**TEMA: SAÚDE, EDUCAÇÃO, NEGÓCIOS E DIREITOS
HUMANOS NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL**

28 e 29 de Maio de 2024

explanará as perspectivas processuais penais que envolvem o psicopata que comete um delito, com destaque para o Incidente de Insanidade Mental.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral é analisar os desafios na avaliação da culpabilidade a aplicação da pena em indivíduos com traços de narcisismo, considerando a responsabilidade penal no contexto do direito penal brasileiro. Além disso, a pesquisa pretende sensibilizar os profissionais do direito sobre os desafios únicos apresentados por esses casos, incentivando a adoção de práticas baseadas em evidências e decisões judiciais éticas que considerem tanto a responsabilidade individual quanto os desafios impostos pelos transtornos mentais.

Nos objetivos específicos examinaremos a teoria da culpabilidade no Direito Penal Brasileiro, estudando os fundamentos e princípio que orientam a determinação da culpabilidade no sistema jurídico brasileiro, como a culpabilidade é avaliada em diferentes tipos de crimes e contextos. Investigar a relação entre a relação entre narcisismo e comportamento criminal, avaliar o impacto do narcisismo na responsabilidade penal e estudar a aplicação da pena em indivíduos com transtorno de personalidade narcisista, analisando como a condição narcisista pode influenciar a dosimetria da pena, propondo melhorias no sistema penal como a sugestão de mudanças legislativas e práticas judiciais que possam aprimorar a justiça penal no tratamento de réus com traços de narcisismo.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa é revisão bibliográfica. Esta abordagem permite uma compreensão abrangente do impacto do Transtorno de Personalidade Narcisista no sistema penal e fornece uma base sólida para o desenvolvimento de diretrizes eficazes e justas para lidar com esses casos. A combinação de fontes teóricas e práticas garante que as recomendações sejam bem fundamentadas e aplicáveis, promovendo uma justiça informada e ética. Essa abordagem holística facilita o desenvolvimento de diretrizes claras e eficazes para lidar com indivíduos narcisistas no contexto jurídico, promovendo uma aplicação da lei justa e informada.



**TEMA: SAÚDE, EDUCAÇÃO, NEGÓCIOS E DIREITOS
HUMANOS NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL**

28 e 29 de Maio de 2024

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa destacam os desafios na avaliação da responsabilidade penal de indivíduos com transtorno de personalidade narcisista. A manipulação e falta de remorso genuíno dificultam a determinação da verdadeira culpabilidade, levantando preocupações sobre a confiabilidade de seus relatos. Além disso, a falta de empatia pode influenciar negativamente a determinação da pena, já que os narcisistas podem não demonstrar remorso autêntico. A falta de consciência sobre seus atos também dificulta a aplicação eficaz da lei e a imposição de medidas corretivas adequadas. Conclui-se que abordagens específicas e multidisciplinares, com profissionais do direito e psicólogos forenses conscientes dos desafios, são necessárias para avaliar com precisão a culpabilidade e determinar a pena em casos envolvendo narcisismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo enfatiza a necessidade de sensibilizar os profissionais do direito sobre os desafios únicos apresentados por casos de narcisismo. Propõe o desenvolvimento de diretrizes claras e protocolos de avaliação para uma aplicação justa e eficaz da lei, além de destacar a importância de intervenções e tratamentos específicos, incluindo programas de reabilitação e estratégias de prevenção. Ressalta a importância de decisões judiciais éticas e baseadas em evidências, compreendendo as complexidades envolvidas. Reconhece a pesquisa sobre responsabilidade penal e narcisismo como um campo em evolução e incentiva estudos adicionais para promover a justiça e a segurança pública. Compreender o impacto do Transtorno de Personalidade Narcisista no contexto criminal é essencial para desenvolver práticas jurídicas justas e eficazes, exigindo abordagens multifacetadas que considerem a responsabilidade individual e os desafios impostos pelos transtornos mentais. A avaliação cuidadosa da culpabilidade, junto com considerações éticas e práticas sobre tratamento e proteção social, é crucial para lidar com casos complexos envolvendo indivíduos narcisistas no sistema penal.

6. REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Código Penal Decreto-lei nº 2.848**, de 07 de dezembro de 1940.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**, vol. 1, parte geral. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- FILHO, Nestor. **Manual Esquemático de Criminologia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016